



***PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS¹***

***PERSPECTIVAS Y EXPERIENCIAS DE LA VIOLENCIA DE GÉNERO EN LAS
UNIVERSIDADES BRASILEÑAS***

***PERSPECTIVES AND EXPERIENCES OF GENDER-BASED VIOLENCE IN
BRAZILIAN UNIVERSITIES***

Revista
Diversidade
e Educação

Letícia Marques Valli ²

Maria Beatriz Reis Dionísio ³

Sabrina Mazo D’Affonseca ⁴

RESUMO

As universidades reproduzem a violência e estereótipos de gênero, perpetuando a desigualdade e suas consequências. O estudo tem como objetivo analisar as vivências e testemunhos de violência de gênero experimentados no meio acadêmico, e avaliar as estratégias das universidades para enfrentá-la. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada remotamente com 14 estudantes de graduação de universidades de todas as regiões do Brasil, divididos em grupos focais pelo gênero para garantir um ambiente mais confortável e reduzir possíveis restrições nos debates. Os dados foram analisados pelo software IRAMUTEQ. A violência de gênero possui especificidades nesse contexto que se atravessam, como: as dinâmicas de poder, a intersecção com outros marcadores sociais e o consumo de álcool. Discutem-se, a partir de diferentes perspectivas, as divergências e convergências quanto à percepção dos gêneros sobre a dinâmica da violência de gênero na universidade e as responsabilidades das instituições em enfrentar o problema e amparar as vítimas.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

² Graduanda em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.

³ Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.

⁴ Doutora em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero. Universidade. Grupos focais.

RESUMEN

Las universidades reproducen la violencia y los estereotipos de género, perpetuando la desigualdad y sus consecuencias. El estudio tiene como objetivo analizar las experiencias y testimonios de violencia de género vividos en el ámbito académico y evaluar las estrategias de las universidades para enfrentarlas. Se trata de una investigación cualitativa realizada de forma remota con 14 estudiantes de grado de universidades de todas las regiones de Brasil, divididos en grupos focales según el género para garantizar un ambiente más cómodo y reducir posibles restricciones en los debates. Los datos fueron analizados mediante el software IRAMUTEQ. La violencia de género tiene especificidades en este contexto que se intersectan, como: las dinámicas de poder, la intersección con otros marcadores sociales y el consumo de alcohol. Se discuten, desde diferentes perspectivas, las divergencias y convergencias sobre la percepción de los géneros respecto a la dinámica de la violencia de género en la universidad y las responsabilidades de las instituciones para enfrentar el problema y apoyar a las víctimas.

PALABRAS-CLAVE: Violencia de género. Universidad. Grupos focales.

ABSTRACT

Universities reproduce violence and gender stereotypes, perpetuating inequality and its consequences. The study aims to analyze the experiences and testimonies of gender-based violence encountered in the academic environment and assess the strategies of universities to confront it. This is a qualitative research conducted remotely with 14 undergraduate students from universities across all regions of Brazil, divided into focus groups by gender to ensure a more comfortable environment and reduce potential restrictions in the discussions. The data was analyzed using the IRAMUTEQ software. Gender-based violence has specificities in this context that intersect, such as: power dynamics, the intersection with other social markers, and alcohol consumption. The divergences and convergences regarding the perception of gender-based violence dynamics in universities and the responsibilities of institutions to address the problem and support the victims are discussed from different perspectives.

KEYWORDS: Gender-based violence. University. Focus groups

* * *

Introdução

A presente estrutura histórica, caracterizada pela desigualdade de gêneros, é consequência da perpetuação de uma cultura machista que privilegia o domínio masculino. Esse modelo patriarcal de socialização, ao naturalizar a violência como parte da identidade de gênero e enaltecer os comportamentos masculinos estereotipados, promove a ideia de que o homem é intrinsecamente violento e dominante, enquanto a mulher é frágil e submissa (Patrícia García Guevara, 2022). Essa percepção contribui para

o aumento da violência contra as mulheres, instigado por estes estigmas e preconceitos sexistas.

A violência de gênero é um problema social complexo, que afeta mulheres de diferentes idades, classes sociais, culturas, raças e, até mesmo, de todos os níveis acadêmicos (Ana Flávia D'Oliveira, 2019). Em 2023, oito mulheres foram vítimas de violência a cada 24 horas e uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 15 horas (Rede de Observatórios de Segurança, 2024). Esses atos violentos não se limitam ao âmbito privado, doméstico e familiar, estendendo-se também ao espaço público. As universidades, enquanto instituições sociais, não fogem dessa realidade. Pelo contrário, reproduzem a desigualdade entre os gêneros e suas consequências (García Guevara, 2022; Viviam Souza *et al.*, 2021). Logo, para identificar a violência entre alunos, funcionários e professores é necessário reconhecer que a violência atravessa todas as estruturas sociais, pois ocorre tanto nas camadas mais favorecidas quanto nas camadas populares e até entre elas, incluindo também a população negra e a população LGBTQIA+⁵ (D'Oliveira, 2019).

Sendo a universidade um local de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e técnico, deveria ser um espaço de liberdade e de crítica à reprodução de desigualdades sociais (García Guevara, 2022). No entanto, o que se observa são situações recorrentes de humilhação, violência, ameaça, invalidação e outras tantas manifestações de violência. Acredita-se que a somatória das hierarquias sociais e de poder presentes neste ambiente contribuem para um cenário hostil e violento para as estudantes (Susy Morales Cobos; María Paredes Morales; Gino Alberdi Rodriguez, 2020).

Em pesquisa realizada em 2015 pelo Instituto Avon, em conjunto com o instituto de pesquisa Data Popular, foram levantadas as características e prevalência da violência de gênero nas universidades brasileiras. Os resultados da pesquisa sinalizaram o predomínio do assédio⁶ e violência sexual⁷, e também de outros tipos de violência que

⁵ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais.

⁶ Condutas abusivas exaradas por meio de palavras, comportamentos, atos, gestos, escritos que podem trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo ou degradar o ambiente (Controladoria-Geral da União).

⁷ A violência sexual é entendida como qualquer conduta que constranja a pessoa a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Lei 11340/2006).

não têm a conotação sexual, como a desqualificação intelectual⁸, violência física⁹, moral¹⁰ e psicológica¹¹ (Instituto Avon, 2015). Apenas 10% das mulheres relataram espontaneamente terem sofrido algum tipo de violência de um homem no meio universitário, porém quando apresentada uma lista de 23 situações de violência às participantes (ex.: Ser humilhada ou intimidada por professores; Ouvir de outro(s) aluno(s) comentários indesejados de natureza sexual; Ser desqualificada intelectualmente por ser mulher; Ser forçada a ter uma relação sexual) 67% reconheceram que sofreram muitas delas. Durante a aplicação de grupos focais, percebeu-se, na fala dos estudantes, a perpetuação de estigmas sobre a violência de gênero e preconceitos sexistas: “*Mulher tem que se valorizar, se dar o respeito*”; “*Mulher para casar e mulher para pegar*” (Instituto Avon, 2015).

A partir desses discursos, nota-se uma conexão entre os preconceitos sexistas, os estigmas e a construção de crenças e mitos que persistem tanto na sociedade em geral quanto nas universidades, e que, consequentemente, naturalizam a violência nesses contextos, fundamentam as relações de dominação e dificultam o reconhecimento do problema (Souza *et al.*, 2021). Assim, os mitos e crenças acabam por normalizar e até mesmo tolerar a violência contra as mulheres. Geralmente, o reconhecimento da violência de gênero nas universidades ocorre de maneira parcial e superficial (Souza *et al.*, 2021), muitas vezes impedindo que as vítimas se identifiquem como tal e não denunciem os abusos sofridos.

É evidente a urgência em se criar um compromisso institucional e público para implementar políticas afirmativas de gênero e formar uma rede de apoio e de enfrentamento da violência, considerando também variáveis como classe, raça e orientação sexual (Garcia Guevara, 2022). Contudo, deve-se destacar que a discussão sobre violência de gênero nas universidades é recente no Brasil. Há poucos estudos a respeito e as universidades brasileiras não possuem experiência para executar políticas de

⁸ Prática de minimizar ou invalidar as ideias e conhecimentos de alguém, geralmente com o objetivo de diminuir sua credibilidade e competência.

⁹ Qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal (Lei 11340/2006).

¹⁰ A violência moral pode ser entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Lei 11340/2006)

¹¹ Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Lei 13.772/ 2018).

enfrentamento que acolham as vítimas e as atendam (Deíse Maito *et al.*, 2019). Isso dificulta a adoção de medidas administrativas disciplinares que possam sensibilizar, educar e prevenir a violência nesses espaços. A ausência das instituições nesse debate torna ainda mais desafiador para as vítimas reconhecerem a violência que estão sofrendo (Deíse Maito *et al.*, 2019).

Diante desse cenário, considera-se necessário compreender o fenômeno no país a partir da ótica dos e das estudantes. Assim, a presente pesquisa se propôs a analisar as vivências e testemunhos de violência de gênero experimentados no meio acadêmico, bem como a identificar as manifestações dessa violência no contexto universitário a partir de uma perspectiva de gênero. Ademais, buscou-se mapear as estratégias adotadas pelas universidades, na percepção dos e das estudantes, para lidar, prevenir e superar a violência de gênero, além de avaliar como tais estratégias e atividades são percebidas pelos alunos.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa por meio de grupos focais, os quais buscam analisar as interações grupais para compreender os discursos e as opiniões dos participantes sobre um tópico sugerido pelo pesquisador (Dirce Backes *et al.*, 2011).

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: (a) estudantes universitários(as) de cursos de graduação, (b) com idade igual ou superior a 18 anos, (c) regularmente matriculados(as) em um curso de graduação de alguma universidade pública ou particular.

Os aspectos éticos e legais foram respeitados conforme previsto na resolução nº510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos. Todos(as) os(as) participantes receberam um formulário contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informações que caracterizavam os(as) entrevistados(as) e horários de disponibilidade dos(as) participantes para a realização dos grupos focais, antes da realização da coleta de dados. Em todos os encontros realizados era solicitada a autorização de todos(as) para a gravação de áudio e vídeo. Para proteger a identidade e respeitar a privacidade, foram alterados ou omitidos detalhes que pudessem identificá-los(las).

Para o recrutamento dos(as) participantes, utilizou-se de um questionário eletrônico enviado por mensagem eletrônica às coordenações de cursos de 65

universidades, localizadas em estados das 5 regiões brasileiras, e em grupos de *WhatsApp* de cursos de graduação da instituição de ensino das pesquisadoras. O recrutamento ocorreu no período de maio a junho de 2023.

A amostra foi composta por 14 participantes, organizados em dois grupos focais de acordo com o seu gênero, um grupo de mulheres (n= 11) e outro de homens (n= 2). Leny Trad (2009) recomenda que a formação do grupo focal seja homogêneo nos aspectos que interferem radicalmente na percepção do tema debatido. Por essa razão, a divisão entre homens e mulheres foi adotada para evitar que os(as) participantes se sentissem desconfortáveis ou intimidados na presença de pessoas de outro gênero. Incluiu-se uma entrevista realizada com uma estudante, a qual não conseguiu estar presente nos encontros do grupo focal.

A coleta de dados ocorreu durante os meses de junho, julho e setembro de 2023, na modalidade *on-line* pela plataforma Google Meets para favorecer a participação de estudantes de diferentes regiões do país. Os grupos focais tiveram duração média de 2 horas por encontro, tendo a participação de, no mínimo, uma moderadora. No dia de cada encontro era enviado o link da chamada e as orientações para a participação no grupo (buscar um local confortável, que garantisse privacidade e, preferencialmente, utilizar fones de ouvido). No total foram realizados três encontros com o grupo de mulheres (N=11) para favorecer a participação de todas e dar a oportunidade para que todas pudessem se expressar e compartilhar suas vivências. Já no grupo de homens, por ter apenas dois participantes que efetivamente entraram na chamada, todos os conteúdos do roteiro foram abordados em um único encontro. O mesmo ocorreu na entrevista individual com a estudante que não pode participar do grupo focal.

O roteiro de perguntas disparadoras para o grupo focal foi elaborado pela pesquisadora com base na revisão de literatura realizada. O roteiro foi semiestruturado, composto por perguntas abertas e organizado em torno de três temas distintos, sendo eles: (i) Situações de Violência de Gênero no Ambiente Universitário, (ii) Crenças e Mitos Relacionados à Violência de Gênero e (iii) Abordagem da Universidade em Relação ao Problema e Percepção dos Estudantes.

Os dados foram examinados utilizando o software gratuito IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que é um programa conectado ao software R, permitindo a análise estatística e processamento de textos. Criado por Pierre Ratinaud (2008), o software possibilita a análise do corpus textual (conjunto de textos) fornecidos pelo pesquisador através de

diferentes tipos de análises: especificidades de grupos, classificação hierárquica descendente, análise de similitude e nuvem de palavras (Brigido Camargo; Ana Maria Justo, 2013). Na pesquisa, foi empregada a técnica de análise Classificação Hierárquica Descendente (Camargo; Justo, 2013). Esse método possibilitou a análise interpretativa do corpus textual por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016).

Resultados e Discussão

Participaram do estudo 14 estudantes universitários(as), sendo 12 mulheres e 2 homens, todos cisgêneros. A maioria dos(as) participantes estavam na faixa etária de 24 a 26 anos ($n=11$), da cor branca ($n=8$) e parda ($n=5$), sem filhos(as) ($n=11$), possuía orientação sexual bissexual ($n=7$) e heterossexual ($n=4$), e eram da região sul do Brasil ($n=6$), embora houvesse representantes de todas as regiões do país. Todos(as) os(as) participantes estudavam em universidades públicas, com exceção de uma que estava matriculada em duas universidades simultaneamente, uma pública e outra privada. No grupo das mulheres, metade das participantes cursava Ciências Humanas, 33,3% eram da área das Ciências Biológicas e 16,67% das Ciências Exatas. No grupo dos homens, um era das Ciências Humanas e o outro das Ciências Exatas.

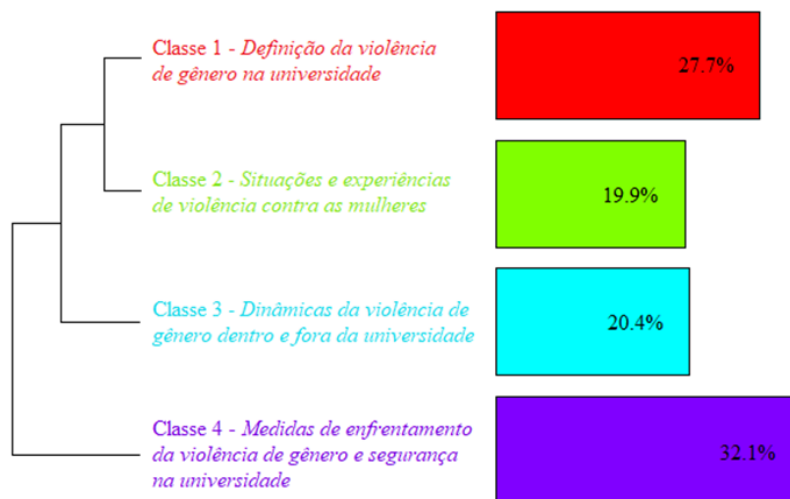
O grupo das mulheres contribuiu com um corpus composto por 12 textos, os quais foram divididos em 1285 Segmentos de Texto (ST). Nesse conjunto, foram identificadas 44833 ocorrências, abrangendo palavras, formas e vocabulários, com 4337 palavras distintas, das quais 2169 ocorreram apenas uma vez. Por outro lado, o corpus representativo do grupo dos homens consistiu em 2 textos, divididos em 320 Segmentos de Texto (ST). Nele, foram encontradas 11086 ocorrências com 1644 palavras distintas, das quais 868 foram registradas somente uma vez.

A partir dos segmentos de texto, foram aplicadas duas análises de Classificação Hierárquica Descendente (CDH), uma técnica que permite a organização e a análise de dados qualitativos em grupos por meio de classes lexicais (Camargo; Justo, 2013). No contexto deste estudo, o CDH foi empregado para examinar e compreender as nuances e características do discurso tanto dos homens quanto das mulheres, com o objetivo de identificar possíveis divergências e outras tendências relevantes.

O corpus geral do grupo das mulheres teve aproveitamento de 1228 STs (95.56%) de 1285 STs totais. O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1 - Definição da violência de gênero na universidade, com 340 STs (27,7%), Classe 2 -

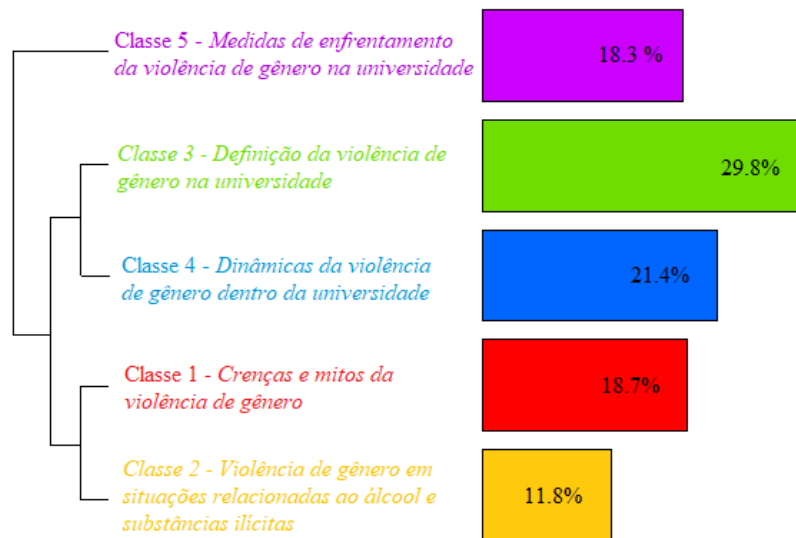
Situações e experiências de violência contra as mulheres, com 244 STs (19,9%), Classe 3 - Dinâmicas da violência de gênero dentro e fora da universidade, com 250 STs (20,49%) e Classe 4 - Medidas de enfrentamento da violência de gênero e segurança na universidade, com 394 STs (32,1%).

FIGURA 1: Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente Grupo Mulheres



Fonte: dados gerados pelo software IRAMUTEQ, 2024.

No grupo dos homens, dos 320 STs foram aproveitados 289 STs (90,31%) na análise de CHD para o grupo dos homens. O conteúdo analisado foi categorizado em cinco categorias: Classe 1 - Crenças e mitos da violência de gênero, com 54 STs (18,69%), Classe 2 - Violência de gênero em situações relacionadas ao álcool e substâncias ilícitas, com 34 STs (11,76%), Classe 3 - Definição da violência de gênero na universidade, com 86 STs (29,76%) e Classe 4 - Dinâmicas da violência de gênero dentro da universidade, com 62 STs (21,45%) e Classe 5 - Medidas de enfrentamento da violência de gênero na universidade, com 53 STs (18,34%).

FIGURA 2: Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente Grupo Homens

Fonte: dados gerados pelo software IRAMUTEQ, 2024.

Definição da violência de gênero nas universidades

A literatura conceitua a violência de gênero como qualquer ato de violência baseado no gênero que resulte em danos a nível físico, sexual e psicológico à pessoa, exercida a partir de uma relação de subordinação de poder baseada na diferença sexual e heteronormatividade (Lya Fuentes Vásquez, 2019; Christian Zambrano Guerrero; Diana Rodríguez Pabón, 2021). A universidade é um dos contextos em que este tipo de violência pode ocorrer. Nela vemos a reprodução de estigmas e desigualdades baseadas no gênero que foram construídas socialmente e que fundamentam as práticas de violência exercidas por diferentes atores desse cenário e em diferentes situações, como, por exemplo os trotes, particulares deste ambiente (Patrícia Alonso-Ruido *et al.*, 2021; Garcia Guevara, 2022) e destacado pelos participantes da pesquisa “*Aqui, o trote já deu muita polêmica, muito assédio. Muitas meninas não prestaram queixa, porque pensavam que estavam entrando na universidade e tinham medo dos veteranos*” (Mulher 4).

“Eu não lembro se estava associado com uma república ou não. Lembro que era um grupo de homens e, em geral, faziam trotes, especificamente com mulheres. Acontecia muita coisa errada, muita coisa errada. Coisas mais brandas como ficar de calcinha. E isso era brando, evidentemente, nessa situação. ‘Fica só de calcinha’ ou ‘joga futebol nesse jeito’, molhada, com milhares de situações abusivas e nojentas, evidentemente, que aconteciam direto e que era normalizada” (Homem 2)

Compreende-se que as práticas de violência de gênero exercidas nas universidades possuem características específicas por se entrelaçar à outras hierarquias presentes no meio acadêmico (Paz Guarderas *et al.*, 2018). Por exemplo, uma participante relatou que um professor que tinha relações de parentesco com o reitor da universidade, atrasava para postar as notas dos alunos para obter favores sexuais das alunas. As consequências dessa somatória de hierarquias e relações de poder também foram apontadas no estudo por um dos participantes homens, indicando efeitos na carreira profissional futura:

“Os professores conhecem outros professores, que conhecem outras professoras, que conhecem empresas, que conhecem, eles conhecem também chefes, eles conhecem toda uma série de contatos e se indispor com um professor na universidade, é talvez se indispor com a carreira inteira” (Homem 1)

A compreensão sobre as dinâmicas de poder inseridas neste espaço será aprofundada em tópico mais adiante. Neste momento, cumpre destacar, a especificidade das atitudes de intimidação e hostilidade direcionadas às mulheres que estão presentes nas universidades desde a sua criação (Guarderas *et al.*, 2018) e caracterizam a violência de gênero neste espaço, identificada nas falas dos participantes.

“Eu tenho um professor... Têm vários professores no meu departamento que têm fama de assediador. Esse, especificamente, na última recuperação que teve, ele disse bem claramente: as meninas passaram, os meninos não. Com uma cara meio maliciosa, no meio da aula” (Homem 2)

Um dos estudantes descreveu, a partir de sua perspectiva, a experiência comum que as mulheres possuem ao entrar na universidade, *“A menina entra e fica acuada, e só tranca o curso porque simplesmente não se sente confortável em nenhum ambiente, porque está sempre ‘secada’ por muitos homens que ela não conhece.”* (Homem 2). Nesse sentido, o estudo de Alonso-Ruido *et al.* (2021) também mostrou que as experiências de assédio sexual¹² entre alunos(as) se expressam por ações verbais e não verbais, além disso, por vezes são vistas por eles(as) como uma brincadeira.

¹² Comportamento verbal, não verbal ou físico, de natureza sexual e não desejado nem solicitado pela pessoa que o recebe, que tenha o propósito ou produza o efeito de atentar contra a integridade física ou psicológica de outra pessoa (Guia de prevenção e reconhecimento do assédio – Educando para Diversidade, 2022.).

Em suma, a violência de gênero que ocorre na universidade se distingue de outros contextos e assume novas manifestações a partir disso, por ter como características o seu entrelaçamento com outras hierarquias e relações de poder estabelecidas, a reprodução de uma cultura sexista e patriarcal, diferentes atores envolvidos e a presença de rituais perpetuados por gerações (Fuentes Vásquez, 2019; Adriane Roso *et al.*, 2020).

Dinâmicas da violência de gênero na universidade

Observa-se que a dinâmica da violência de gênero ocorre de maneira complexa, algo identificado no presente estudo como comum dentre as diferentes universidades espalhadas pelas diversas regiões do Brasil. As relações de poder e hierarquias imbricadas a este espaço possuem função influente na manifestação das práticas de violência e se constitui como uma das características deste tipo de violência nesse contexto, dado que se relaciona com o encontrado em pesquisas realizadas em outros países (Manon Bergeron *et al.*, 2019).

Tanto por parte das mulheres quanto dos homens, é destacado acerca da relação entre professor-aluna e as diversas formas com que já foram experienciadas ou presenciadas situações envolvendo assédio moral e/ou sexual nessa dinâmica. Isabela Amaral e Flávia Naves (2020) discorrem sobre os mecanismos de estruturas de poder presentes nas universidades que favorecem a infiltração de uma colonialidade do tipo de poder. Para elas, a colonialidade exerce um papel de instalar padrões de dominação nas relações sociais, sendo a autoridade uma das formas de assegurar isso e, por conseguinte, a universidade é o lugar em que as situações que a envolvem são mais comuns (Amaral; Naves, 2020; Morales Cobos; Paredes Morales; Alberdi Rodriguez, 2020).

“Eu volto a contemplar essa relação falando sobre as dinâmicas opressivas, porque a gente está falando sobre as dinâmicas de machismo dentro da universidade com recorte de gênero. Estamos falando, basicamente e essencialmente, de opressão. É claro que a gente entende que não é benéfico para a classe sexual das mulheres, mas de alguma forma faz parte de uma construção.” (Mulher 8)

Somado a isso, Amaral e Naves (2020) exploram em seu trabalho a concepção da ideia de que a colonialidade do poder é constitutiva da colonialidade do gênero e vice-versa, sendo este último a imposição de um sistema de gênero opressivo pautado na dicotomia homem/mulher, patriarcado e sexualidade. Não obstante que nos relatos

aparecem diferentes figuras do contexto universitário dentre os(as) perpetradores de violência, como alunos(as), coordenadores(as) e funcionários(as). Isso permite apontar para uma outra característica do âmbito acadêmico, há nele a reprodução de desigualdades entre os gêneros que se retroalimenta dessas estruturas hierárquicas, mas que não se limita a elas, algo comumente indicado em outros estudos sobre o tema (Mariana Basso; Jordana Fontana; Carolina Laurenti, 2022; Tanizaka *et al.*, 2020).

“Essa relação de violência de gênero está dentro do corpo dos alunos. Alunos de mestrado, alunos de doutorado. Aquele cara que estuprou aquela menina, ele era mestrando em matemática. Os caras estão no doutorado dentro da mesma relação de mentalidade. Esses lugares de poder dentro da universidade, para mim, isso é um assunto muito caro” (Mulher 8).

“Já vi uma relação com o espaço em que mulheres se sentem seguras na faculdade. Lá, pelo menos, acho que nas aulas administradas por outras mulheres, elas parecem sentir, minhas colegas, se sentem muito mais à vontade. Mas, não é incomum amigas minhas relataram que esse professor aqui foi muito machista nesse exemplo aqui e de alguma coisa que eu nem percebi por estar meio desatento” (Homem 1).

“Acho que (a violência de gênero) pode acontecer em qualquer lugar. Na sala de aula, fora da sala de aula. Professor e aluna. Professora e aluno. Ou aluno com aluno. Acho que em qualquer lugar pode acontecer. Ou mesmo não só os professores e os alunos, mas outros funcionários que são na universidade, que são importantes para a manutenção da limpeza, do prédio, do cuidado, ou as pessoas que trabalham na parte administrativa da universidade. Todas essas pessoas são parte da universidade também. Não são só os professores e os alunos” (Homem 2).

“Isso acontece muito de professores que desrespeitam alunas o tempo inteiro, falam mal, brigam, xingam, fazem piadinha, mas que ficam olhando a menina dos pés à cabeça. Secando dos pés à cabeça” (Homem 2).

Na sociedade, o machismo e o sistema econômico fundamentam hierarquias sociais que promovem as desigualdades entre os gêneros e permitem a prática de violência como reguladora dessas instâncias (Rachel Gartner, 2021). Nesta pirâmide, são oferecidos para as mulheres lugares e papéis de desvalorização, sobretudo quando são acrescidos outros marcadores sociais, como raça, sexualidade e classe socioeconômica, que as tornam mais vulneráveis a sofrerem violências (Aida Montrone *et al.*, 2020), conforme abordado na fala de duas mulheres participantes:

“A gente entende dentro das ciências sociais que recortes de gênero, LGBTQIA+, são recortes de vulnerabilidade. Se a gente entende que

existe estupro corretivo para lésbicas, existe estupro corretivo para assexual, que é ‘você não gosta porque você ainda não experimentou aqui’. É muito perigoso essa exposição que ele fez se não era da sua vontade, se não partiu de você. É criminoso” (Mulher 8).

“Eu, como mulher, eu sou mais clara, venho de família com traços negros, mas por conta da genética mesmo eu nasci mais clara. A violência que eu vou sofrer como mulher clara é diferente da violência que a mulher negra vai sofrer. Então acho que mais importante do que esse recorte de gênero para se falar de violência tem que existir também a violência contra mulher, diferentes níveis, diferentes graus, porque a mulher trans, ela vão passar por uma violência, a mulher cis, branca, negra, são várias questões a serem tratadas” (Mulher 1).

A incidência de violência é ainda maior quando há a intersecção com outros marcadores sociais (USP Mulheres, 2018; Taís Tasqueto *et al.*, 2022), por isso a importância da universidade trabalhar a inclusão para diminuir as experiências de violências de populações vulneráveis (Robert Coulter; Susan Rankin, 2020).

A presença de duas mães solo no estudo permitiu acrescentar a discussão sobre a maternidade nesta equação e trazer uma perspectiva pouco explorada em pesquisas sobre o tema, quando uma das participantes trouxe o assunto à tona “*Eu tenho uma perspectiva de que falta uma ampla compreensão sobre as dinâmicas de gênero e principalmente no que tange esse lugar mais vulnerável, que é da mulher, mãe, solo, com filho, principalmente se ela é preta periférica*” (Mulher 8).

Visto também sob uma perspectiva interseccional, ser mãe parece acrescer ainda mais violências à experiência das mulheres na universidade (Cassiana Gabrielli *et al.*, 2023).

“Eu não me sinto confortável, eu me sinto completamente deslocada, eu não tenho vontade de falar com ninguém, eu me sinto totalmente isolada. Quem entende a perspectiva materna, como já foi dito, tem essa relação já de um isolamento, de uma segregação. Em todos os lugares, eu tenho que estar fazendo algum movimento de resistência” (Mulher 8).

De acordo com os relatos, nota-se a dificuldade da mulher de ser compreendida como mãe e como a universidade tende a afastá-la, por cobrarem rotinas incompatíveis com os cuidados que lhes são impostos culturalmente, por imporem padrões produtivistas que dificultam o reconhecimento e ascensão profissional e pela falta de estrutura em todos os aspectos para o acolhimento das mães e de suas crianças (Gabrielli *et al.*, 2023).

Situações e experiência da violência de gênero na universidade

No que se refere aos tipos de violência manifestados no ambiente universitário, foram destacados por ambos os gêneros o assédio, a violência moral e sexual e a desqualificação intelectual e, somente pelas mulheres, foi dado maior enfoque à presença da violência psicológica, coincidente com o encontrado na literatura (Elizabeth Moreno-Gomez; John García-Díaz, 2021). O assédio sexual é comumente explorado nos estudos sobre violência de gênero na universidade desde a década de 1980 (Donna Benson; Gregg Thomson, 1982) e, em razão do aumento do número de denúncias ou não, tem tido um crescimento em sua prevalência (Alonso-Ruido *et al.*, 2021).

No presente estudo a descrição de situações de assédio sexual estiveram presentes: *“Uma dessas situações de violência, de assédio, eu estava dentro da copa sentada. Um rapaz, que eu sempre conversava normal, que trabalhava lá, começou a passar a mão na minha perna”* (Mulher 1). Para Fuentes Vásquez (2019), o assédio sexual pode ser leve, moderado ou grave, a depender do tipo de assédio, da sua continuidade e persistência, mas, acima de tudo, pela forma como é percebido, o que significa que é também mediado pela subjetividade da pessoa que sofre assédio sexual. Sendo assim, em qualquer circunstância pode trazer consequências para as vítimas e impactar sua vivência no ambiente acadêmico (Consuelo Dinamarca-Noack; Macarena Trujillo-Cristoffanini, 2021).

Do mesmo modo, essas consequências podem ser observadas nas relações entre parceiros íntimos advindas desse contexto, que também manifestam práticas de violências e são apontadas como fator de risco para vivenciar outros tipos de violência na universidade (Tasqueto *et al.*, 2022). No estudo de Victoria Banyard *et al.* (2020) se observou a relação da vitimização entre parceiros íntimos, *stalking*¹³ e relação sexual indesejada com os impactos significativos no desempenho acadêmico, o qual fica inscrito, pelo relato de umas das participantes (Mulher 3) deste estudo, que não ocorre da mesma maneira para os(as) agressores(as), pois, principalmente quando ocupam lugares de privilégio, não são impactados(as) pelos seus próprios atos (Banyard *et al.*, 2020).

“Ela estava tendo um caso com esse professor e queria terminar. Ele não queria deixar. Ele ameaçou com notas e tudo mais e ele ficava indo

¹³ Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade (Lei 14132/2021).

na casa dela. Ele ficava stalkeando ela. Ela conseguiu uma ordem de afastamento para que ele não pudesse chegar perto dela. Mas o que ele fez? Ele tirou férias ou alguma coisa. Ele saiu de licença. Provavelmente quando ela terminasse a faculdade dela, ele voltaria” (Mulher 3).

Muitas vezes as violências a que ambos os grupos se referem como as mais frequentes, podem assumir expressões pouco explícitas e, dessa forma, tornar a sua identificação mais difícil (Gartner, 2021).

“Há pouco tempo eu sofri uma violência em uma das universidades [...] além de ser uma mulher, sou uma pessoa assexual. Eu ando muito sobrecarregada por conta da falta de rede, sendo uma pessoa dentro da comunidade LGBT, você já é uma minoria, e não tem rede e acaba a gente se sobrecarregando às vezes” (Mulher 1).

As participantes compartilharam relatos de assédio e abuso, evidenciando a dificuldade em expor tais situações e a falta de apoio para documentar e comprovar os casos. Por outro lado, o trote universitário é destacado no relato dos(as) participantes e parece ser um contexto de clara manifestação das práticas de violência. No entanto, aparece também durante os relatos a associação do trote como uma brincadeira.

“Eu nunca fui para um trote, nunca apliquei trote a ninguém. Já aplicaram um trote em mim, mas foram com meus amigos, foi uma brincadeira do jeito que a gente queria, que eu queria, que eu permitia. Eles não me embebedaram. Mas claro, evidente que ter uma regra a respeito seria bom, mas qual a efetividade real dessa regra? No final é só uma tinta num papel escrito, enquanto as pessoas vão continuar fazendo trote, talvez não nas residências da universidade, mas fora, que é o que sempre acontece” (Homem 2).

Historicamente, o trote é compreendido como um ritual de iniciação típico do contexto universitário que servia como forma de hierarquizar as relações nesse espaço de poder, como entre veteranos(as) e calouros(as) (Roso *et al.*, 2020). Nesse sentido, o trabalho de Roso *et al.* (2020) mostra como atribuir um lado positivo a uma prática pautada em uso da violência para demarcar poder entre uns(umas) e outros(as), é uma forma de naturalizar violências e muito perigoso, algo também apontado por um dos participantes deste estudo.

“Eu discordo sobre colocar trote como uma brincadeira, como se fosse uma coisa muito leve. Isso dá muita permissão de fazer muita coisa errada lá dentro e se passar como uma brincadeira. A gente naturaliza

essas coisas como se fossem comuns. A gente vê muita coisa errada em termos de trote” (Homem 1).

Somado a isso, de acordo com a literatura, há uma divergência na maneira com que homens e mulheres enxergam o trote universitário. Enquanto uma parte dos primeiros tendem a ver como uma forma de integração com os calouros e brincadeira, as mulheres veem como constrangimento (Maria Paula Panúncio-Pinto; Matheus Alpes; Maria Colares, 2019). Isso porque no trote há também uma manutenção da hierarquia de gênero, conforme mostram os relatos, os trotes com as mulheres são muito mais frequentes, violentos e específicos (Roso *et al.*, 2020).

Além do trote, também há outras situações e lugares que foram mencionados como os que mais ocorrem as violências de gênero, sendo eles as próprias salas de aula, nas festas universitárias e por outros lugares do campus. Indicando que as práticas de violência não ocorrem somente nas dependências físicas das instituições, o que precisa ser considerado ao tratar do conceito de “ambiente universitário”, principalmente no que diz respeito às medidas de enfrentamento que precisam ser amplas para abarcar esses outros espaços (Panúncio-Pinto; Alpes; Colares, 2019).

Na presente pesquisa, apareceu de forma proeminente a relação entre as festas universitárias associada ao consumo de álcool e outras substâncias como fator relacionado às práticas de violência de gênero, sobretudo a discussão sobre as tentativas de agressores(as) se isentarem das responsabilidades de suas atitudes (Alonso-Ruido *et al.*, 2021), de acordo com um dos participantes “*existe a questão da pessoa ficar alterada no consumo de álcool e no consumo de outras drogas, mas não é bem assim. Não é tão fácil culpar o álcool e não punir as pessoas pelo que elas fazem*” (Homem 2).

Há de se considerar que o uso de álcool atua como um fator de risco para sofrer violência (Tasqueto *et al.*, 2022), no entanto, conforme destacado na fala do participante do presente estudo, o problema está na cultura de assédio que é tolerada e naturalizada (Kym Atkinson; Kay Standing, 2019).

“Não dá para colocar no álcool essa culpa. A única coisa que acontece é que as vítimas ficam mais vulneráveis e se a gente tem um ambiente em que é tolerável o assédio, isso vai acontecer. É muito menos culpa do álcool, muito mais culpa da cultura instaurada ali naquele ambiente” (Homem 1).

A violência de gênero na universidade permanece encontrando espaço para sua ocorrência quando não há a preocupação em se mudar a cultura sexista e da violência

sexual presente neste espaço, pois é a partir dela que se promove a continuidade da supremacia masculina e desvalorização social do feminino, tratando as mulheres como objetos sexuais (Atkinson; Standing, 2019; Dinamarca-Noack; Trujillo-Cristoffanini, 2021).

Medidas de enfrentamento da violência de gênero por parte das universidades

O sentimento de insegurança, desconforto e medo em relação à possibilidade de sofrer violência no ambiente universitário foi muito expressado pelas participantes do estudo, sobretudo para aquelas que já haviam sofrido algum tipo de violência dentro da universidade, como mostra um dos relatos *“Eu sofri essa questão com o professor e eu não tive nem como denunciar. As consequências psicológicas que eu estou sofrendo, não tem quem me ampare. Eu não me sinto confortável mais na universidade”* (Mulher 1). Dado que coincide com os resultados do estudo de Montrone e colaboradoras (2020), realizado com 2.277 estudantes de uma universidade pública do interior de São Paulo com o objetivo de mapear a violência de gênero e verificar a probabilidade de um(a) estudante sofrer violência, o qual indicou que 48% dos estudantes se sentem inseguros na universidade e 39,2% admitiram evitar certos locais na universidade por medo e falta de segurança.

No entanto, a presença de outras mulheres foi atribuída pelas participantes como um fator influente para se sentirem seguras em seus *campi*. Os cursos em que há uma predominância feminina e/ou laboratórios em que elas são maioria, parecem ser para as estudantes os ambientes em que se sentem mais protegidas. Do mesmo modo, o tamanho da universidade ou da cidade em que ela está inserida, também parece contribuir para que se sintam mais seguras.

“Eu me sinto segura no meu Instituto, porque lá eu sinto que as mulheres são a maioria. Essa maioria olha para essa questão da violência. Então eu me sinto segura naquele Instituto que é pequeníssimo. [...] Nos outros lugares eu não me sinto segura por diversos motivos estruturais. Também porque não tem o porquê de me sentir segura naquele espaço se eu não conheço ninguém, se está todo mundo tão violento, se eu estou sabendo diariamente que está acontecendo diversas violências naquele espaço. Então, automaticamente, eu não me sinto segura” (Mulher 12).

“Na verdade, sei que é bem difícil que as pessoas, independentemente de serem homens ou mulheres, se sintam (seguros) assim dentro da

universidade por várias questões. Mas talvez por fazer parte de uma universidade pequena, uma cidade pequena, onde todas as pessoas se conhecem, eu me sinto bem à vontade, bem segura. Tanto dentro da sala de aula quanto fora, em qualquer local das dependências da universidade, eu me sinto bem segura” (Mulher 11).

Em contrapartida, apesar de relatos como esses, os homens permanecem se sentindo seguros neste espaço independentemente do tamanho populacional da instituição ou do gênero daqueles(as) que as ocupam (Alonso-Ruido *et al.*, 2021).

Não obstante aos sentimentos de insegurança que as estudantes enfrentam em seus cotidianos, ainda precisam lidar com o medo de serem julgadas ou de sofrerem represálias quando são vítimas de alguma violência na universidade (Karla Rodríguez Hernández; Adriana Rodríguez Barraza; Maria Agoff Boileau, 2023), dada tamanha falta de apoio e amparo por parte das próprias universidades. As estudantes da presente investigação destacaram a ausência de empatia nos processos de apoio às vítimas de violência, bem como a falta de divulgação de recursos disponíveis, o que desencoraja a denúncia por parte das mulheres. De acordo com o relato de uma das participantes, “*existem núcleos, inclusive, dentro da universidade que fazem acolhimento. Mas é algo que eu não sei nem te dizer quais são os núcleos, porque a veiculação é pouca. A informação, a comunicação de fato é precária*” (Mulher 12).

Segundo D’Oliveira (2019), a ausência de meios seguros de acolhimento, denúncia e responsabilização, em conjunto aos resultados desfavoráveis das experiências prévias de denúncia para as vítimas, resulta em uma desmotivação para futuras denúncias, perpetuando assim a invisibilidade e a banalização do problema. As universidades brasileiras carecem de experiência na implementação e execução de políticas eficazes para lidar com situações denunciadas, garantir o acolhimento e a assistência abrangente às vítimas, aplicar medidas disciplinares administrativas e, sobretudo, promover a conscientização, educação e prevenção da violência no ambiente acadêmico (Maito *et al.*, 2019).

Por outro lado, os homens não consideram que a universidade tenha responsabilidade sobre o que ocorre fora de suas dependências físicas. Em muitos momentos, afirmaram que a universidade tem limitações para lidar com essas questões e que suas responsabilidades já são muitas. Embora concordem que estabelecer regras seja importante para deixar claro que certos comportamentos não são tolerados, não acreditam que isso seja eficaz. No entanto, cumpre destacar que as medidas de intervenção para enfrentamento da violência de gênero no ambiente universitário precisam abarcar para

além das estruturas físicas dos *campi*, englobando qualquer local onde membros da comunidade acadêmica se encontram ou interagem (Panúncio-Pinto; Alpes; Colares, 2019).

“Com certeza, mas acho que, também, mesmo adaptando essas regras (para trote), torna algo difícil de controlar. Em teoria, tem um monte de regras na faculdade que as pessoas quebram. Você não pode. Não é uma regra posta legalmente, mas você não pode ir bêbado na faculdade, você não pode estar fora de si da faculdade. Isso acontece, a faculdade não tem como controlar. Acho que ter essas regras é bom, porque eu acho que é um indicativo de que aquilo não é tolerado naquele ambiente, mas essa questão meio, essa noção meio esse juízo científico legal, essa questão muito jurídica assim” (Homem 1).

“Tem que ser discutido também até que ponto a universidade tem que ser responsável por tudo. Existem agressões que acontecem dentro da universidade, mas está relacionado com a universidade em si? Isso que tem que ser mais explorado. De certa forma a universidade já tem trilhões de responsabilidades a cumprir e essa seria mais uma delas que ela não conseguiria cumprir com excelência” (Homem 2).

Considerando os relatos apresentados, torna-se evidente a necessidade de desenvolver e implementar políticas eficazes de prevenção à violência de gênero no ambiente universitário. Para que o problema seja enfrentado de maneira efetiva, requer uma abordagem interdisciplinar e compromisso tanto por parte da sociedade quanto do Estado (Edward Loayza-Maturrano; Shirley Vásquez León; Heyden Flores De La Cruz, 2021). Entretanto, os estudantes homens, participantes da pesquisa, mostram um olhar mais focado para as medidas diretamente realizadas pela própria universidade.

Nesse contexto, da parte das estudantes mulheres, um dos relatos sugeriu que as universidades adotem uma abordagem mais humanizada nas ouvidorias, oferecendo acolhimento psicológico às vítimas de violência.

“As ouvidorias poderiam trabalhar mais o lado humano, porque se você chega lá para fazer uma denúncia, você já está fragilizado. Está acontecendo todo um processo. Eles te entregam um papel na sua cara para você assinar. Eles dizem que vão entrar com recursos. Por mais que resolva, acho que por essa falta de humanidade, a gente acaba se sentindo distante. Distante. Às vezes a gente se sente constrangido, porque falta o acolhimento, o acolhimento psicológico” (Mulher 1).

Em pesquisa, Montrone *et al.* (2020) também ressaltam a recomendação dos(as) alunos(as) por grupos de acompanhamento psicológico, escuta especializada, acolhimento e divulgação dos órgãos institucionais que amparem as vítimas de violência

de gênero dentro do campus. Essa melhor divulgação dos canais de apoio disponíveis também foi presente nesta pesquisa, uma vez que foi ressaltado pelos(as) participantes que mesmo existindo esses canais de acolhimento, os(as) alunos(as) não ficam cientes de suas existências.

É fundamental promover um ambiente seguro à denúncia para que ela possa ocorrer sempre que houver alguma situação de violência e para que os casos não sejam subnotificados, um dos participantes do estudo sugeriu o preparo dos departamentos para receberem essas denúncias, *“Eu acho que é possível criar um ambiente seguro, fortalecer os Departamentos Acadêmicos, que eu acho que é o espaço que a gente tem para os estudantes se apresentarem de forma anônima”* (Homem 1). Nesse sentido, a literatura mostra que quando as mulheres conseguem falar a respeito de situações de violência vivenciadas, em geral, contam apenas para professores(as), tutores(as), familiares e amigos(as) próximos(as) (Rodríguez Hernández; Rodríguez Barraza, Agoff Boileau, 2023), indicando que, apesar da necessidade de serviços especializados, toda a comunidade acadêmica também precisa ter conhecimento sobre os caminhos de denúncia e suporte às vítimas para que forneçam tais informações em situações como essas.

Muitas vezes a escolha por falar sobre a violência sofrida para esses atores da comunidade acadêmica está relacionada à falta de confiança nas autoridades (Aurelio Vázquez Ramos; Graciela López González; Imelda Torres Sandoval, 2021), como exposto por algumas mulheres situações envolvendo os próprios coordenadores, diretores e funcionários. É válido destacar que, muitas vezes, os próprios agressores lideram os processos de denúncia ou há ainda a falta de mecanismos efetivos para lidar com elas, o que também contribui para não sejam realizadas (Vázquez Ramos; López González; Torres Sandoval, 2021). Por isso, outro ponto recomendado pelos(as) estudantes é a necessidade de regras claras sobre a tolerância zero para a violência de gênero e de situações passíveis de ocorrência do fenômeno, como os trotes.

Em relação às ações de prevenção abordadas no presente estudo, o grupo dos homens apontou não ser eficiente criar uma matéria obrigatória para todos os cursos que abordam a violência de gênero e acreditam que deveria se direcionar, principalmente, aos(as) alunos(as) das Ciências Humanas, enquanto o grupo das mulheres acredita ser importante ter uma matéria obrigatória em todos os cursos para falar sobre gênero e violência, possivelmente por serem vítimas mais frequentes e compreenderem que ações universais seriam mais eficientes. Segundo Vázquez Ramos, López González e Torres Sandoval (2021), é fundamental promover uma educação com perspectiva de gênero para

combater a cultura de violência nas universidades. Isso pode impulsionar uma mudança na mentalidade dos indivíduos em relação à equidade.

“Na teoria, é evidente que seria bom que a gente tivesse matérias que tratassem de temas mais delicados como esse, temas sociais mais delicados. Mas na prática, isso gera uma repulsa ainda maior dos estudantes para com esses temas. Pelo menos para a minha área, para os cursos de exatas, do que acaba acontecendo. A gente sempre puxa, pega as matérias, as optativas, que são as mais fáceis, que todo mundo fala que é mais fácil de passar, que dá menos trabalho. A gente só vai para passar” (Homem 2).

“Deveria ser obrigatório (matéria de violência de gênero). Alguns cursos pontualmente existem, principalmente, os de saúde e de psicologia, tem pontualmente optativas, não são obrigatórias. [...] ninguém violento vai pegar uma matéria sobre violência contra mulher. Então devia ser obrigatório, eu concordo para todos os cursos” (Mulher 12).

Diferente da divergência encontrada na presente investigação, o estudo de Alonso-Ruido *et al.* (2021), o qual analisou os conhecimentos, percepções e atitudes de estudantes universitários acerca do assédio sexual, teve de forma unânime a reivindicação por treinamentos sobre assédio sexual por parte de todos(as) os(as) alunos(as) participantes, para que se tornem mais conscientes e sensibilizados(as) em relação ao assédio sexual.

Por fim, dada a insatisfação quanto à sensibilização do corpo administrativo e docente, destaca-se a importância de políticas de prevenção à violência de gênero, como a capacitação de docentes e funcionários(as) para reconhecer diversas formas de violência e sensibilizá-los(as) para oferecer apoio acolhedor e orientação às vítimas (Montrone *et al.*, 2020). Os(As) educadores(as) têm a responsabilidade de combater os estereótipos de gênero na linguagem, no ensino e nas práticas educativas, promovendo uma educação que valorize a equidade entre homens e mulheres (Vázquez Ramos; López González; Torres Sandoval, 2021). No entanto, necessitam de formação adequada para esse fim, com a oferta de materiais e ferramentas que auxiliem a execução dessas ações em sala de aula, além do apoio e ações concomitantes da instituição de ensino superior focadas em construir ambientes mais seguros e de suporte para os(as) estudantes na universidade (Clara Peragón López, 2020).

Considerações Finais

Esta pesquisa proporcionou uma compreensão maior sobre a violência de gênero nas universidades brasileiras, abordando suas características, tipos de violências e estratégias de enfrentamento adotadas pelas universidades, sob a perspectiva e experiências dos(as) estudantes de graduação. Observou-se as divergências e convergências dos pensamentos das estudantes mulheres e dos homens, destacando a necessidade de compreender a violência de gênero na universidade a partir da perspectiva de quem convive diariamente nessas relações. Esse enfoque revelou nuances importantes que muitas vezes são negligenciadas em abordagens mais generalistas. Ao explorar as experiências e opiniões de diferentes grupos dentro da comunidade acadêmica, foi possível identificar padrões de comportamento, percepções e desafios específicos enfrentados por estudantes de diferentes gêneros. Além disso, a inclusão de participantes de diversas universidades brasileiras ampliou o olhar para as semelhanças que a violência de gênero apresenta nestes contextos, independentemente da distância geográfica.

Entretanto, esta pesquisa teve algumas limitações que devem ser consideradas em futuros estudos. Embora tenha tido uma diversidade significativa em termos das áreas dos cursos dos(as) participantes e das regiões brasileiras em que eles(as) se encontram, é importante reconhecer que houve uma quantidade reduzida de homens e uma representatividade limitada de universidades particulares. Esses fatores sugerem a necessidade de uma amostragem mais diversificada neste âmbito para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de violência de gênero no contexto universitário.

Para estudos futuros, é importante considerar a inclusão de docentes e funcionários(as) universitários(as), a fim de compreender suas percepções, experiências e papéis na perpetuação ou enfrentamento dessas questões dentro do ambiente acadêmico. Adicionado a isso, recomenda-se aumentar o escopo da pesquisa para incluir outras identidades de gênero, como pessoas transexuais¹⁴ e não binárias¹⁵, a fim de ampliar a compreensão das experiências de cada grupo que sofrem violências em razão de seu gênero.

Esta pesquisa se destaca por abranger a perspectiva de estudantes universitários(as) de diferentes regiões do Brasil e por expor as diferenças entre as

¹⁴ Pessoas cuja identidade de gênero é diferente do sexo atribuído ao nascimento.

¹⁵ Pessoas que não se identificam exclusivamente com os gêneros masculino ou feminino, podendo se perceber como uma combinação, ambos ou nenhum dos gêneros.

vivências e testemunhos entre mulheres e homens deste espaço, ela pode auxiliar futuros estudos fornecendo uma base sólida de compreensão das questões de violência de gênero nas universidades brasileiras em relação às perspectivas e experiências dos(as) estudantes universitários(as). A compreensão do fenômeno é fundamental para a construção de ações de enfrentamento e implementação de políticas institucionais que possam mudar essa realidade.

Referências

- ALONSO-RUIDO, Patricia *et al.* El acoso sexual en la universidad: La visión del alumnado. *Revista Latinoamericana de Psicología*, Bogotá, v. 53, p. 1-9, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14349/rlp.2021.v53.1>. Acesso em: 01 mai. 2024.
- AMARAL, Isabela. G.; NAVES, Flávia. O enfrentamento das opressões de gênero numa universidade pública: O papel dos coletivos na ótica do feminismo decolonial. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 7, n. 1, p. 877-910, jan. - mai. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2020.v7n1.305>. Acesso em: 28 apr. 2024.
- ATKINSON, Kym; STANDING, Kay E. Changing the Culture? A Feminist Academic Activist Critique. *Violence Against Women*, v. 25, n. 11, p. 1331-1351, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077801219844609>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- BACKES, Dirce Stein *et al.* - Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *O Mundo da Saúde*, v. 35, n. 4, p. 438-442, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-619126>. Acesso em: 03 mai. 2023.
- BANYARD, Victoria L. *et al.* Academic Correlates of Unwanted Sexual Contact, Intercourse, Stalking, and Intimate Partner Violence: An Understudied but Important Consequence for College Students. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 35, n. 21-22, p. 4375-4392, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260517715022>. Acesso em: 27 apr. 2024.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BASSO, Mariana S.; FONTANA, Jordana; LAURENTI, Carolina. Violência sexual e saúde mental de universitários: uma sistematização da literatura brasileira. *Psicologia Revista*, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 385-411, dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2022v31i2p385-411>. Acesso em: 28 apr. 2024.
- BENSON, Donna J.; THOMSON, Gregg E. Sexual harassment on a university campus: The confluence of authority relations, sexual interest and gender stratification. *Social Problems*, v. 29, n. 3, p. 236-251, fev. 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/800157>. Acesso em: 01 mai. 2024.
- BERGERON, Manon. *et al.* Sexual Violence on University Campuses: Differences and Similarities in the Experiences of Students, Professors and Employees. *Canadian*

Journal of Higher Education, [S. l.], v. 49, n. 3, p. 88-103, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47678/cjhe.v49i3.188284>. Acesso em: 01 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018. Altera a Lei Maria da Penha e o Código Penal para reconhecer a violação da intimidade da mulher como violência doméstica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021. Inclui o crime de perseguição (stalking) no Código Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 abr. 2021.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. *Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e da Cognição*. 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 28 apr. 2024.

COBOS, Susy G. Morales; PAREDES MORALES, Maria G.; ALBERDI RODRIGUEZ, Gino J.. Acoso sexual por relación de poder docente estudiante: caso de estudio Universidad de Guayaquil. *Conrado*, Cienfuegos, v. 16, n. 73, p. 364-372, abr. 2020. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1990-86442020000200364&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 03 mai. 2024.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Assédio Moral e Sexual. *Controladoria-Geral da União*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/assedio-moral-e-sexual>. Acesso em: 1 mar. 2025.

COULTER, Robert W. S.; RANKIN, Susan R. College Sexual Assault and Campus Climate for Sexual- and Gender-Minority Undergraduate Students. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 35, n. 5-6, p. 1351-1366, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0886260517696870>. Acesso em: 03 mai. 2024.

DINAMARCA-NOACK, Consuelo; TRUJILLO-CRISTOFFANINI, Macarena. Educación superior chilena y violencia de género: demandas desde los feminismos universitarios. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 19, n. 2, p. 191-212, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11600/rllcsnj.19.2.4537>. Acesso em: 04 mai. 2024.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, p. e190650, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190650>. Acesso em: 03 mai. 2024.

EDUCANDO PARA DIVERSIDADE. *Guia de prevenção e reconhecimento do assédio*. 2022.

GABRIELLI, Cassiana P. *et al.* Mães na Universidade: a experiência do Gestar - Maternidade e Ciência. *Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal*

Catarinense, Blumenau, v. 9, n. 18, p. 59-75, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21166/rext.v9i18.2846>. Acesso em: 05 mai. 2024.

GARTNER, Rachel E. A New Gender Microaggressions Taxonomy for Undergraduate Women on College Campuses: A Qualitative Examination. *Violence Against Women*, v. 27, n. 14, p. 2768-2790, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077801220978804>. Acesso em: 28 apr. 2024.

GUARDERAS, Paz *et al.* Acoso sexual en las universidades ecuatorianas: validez de contenido de un instrumento de medición. *Alteridad*, v. 13, n. 2, p. 214-226, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17163/alt.v13n2.2018.05>. Acesso em: 27 apr. 2024.

GUERRERO, Christian A. Zambrano.; RODRIGUEZ PABON, Diana M. Design thinking como herramienta para prevenir la violencia basada en género en estudiantes universitarios. *Revista Guillermo de Ockham*, v. 19, n. 2, p. 293-306, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21500/22563202.5316>. Acesso em: 03 mai. 2024.

GUEVARA, Patricia Garcia. De la desigualdad a la inclusión universitaria: La agencia de género. *Revista de la educación superior*, Ciudad de México, v. 50, n. 200, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36857/resu.2021.200.1887>. Acesso em: 04 mai. 2024.

HERNÁNDEZ, Karla J. Rodríguez; BARRAZA, Adriana Rodríguez; BOILEAU, Maria C. Agoff. Acoso y hostigamiento sexual en universitarias: emociones ante estas formas de violencia de género y su afrontamiento. *Noesis. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, [S. l.], v. 32, n. 63, p. 24-46, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20983/noesis.2023.1.2> Acesso em: 03 mai. 2024.

INSTITUTO AVON. Pesquisa Instituto Avon / Data Popular. Violência contra a mulher no ambiente universitário. *Instituto Avon*, São Paulo; 2015

LOAYZA-MATURRANO, Edward F.; VÁSQUEZ LEÓN, Shirley M., FLORES DE LA CRUZ, Heyden. N. Análisis de la violencia de género en la universidad. Propuesta de intervención cualitativa. *Revista Científica Agora*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 42-51, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21679/arc.v8i1.206>. Acesso em: 03 mai. 2024.

MAITO, Deise Camargo *et al.*. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface - comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, p. e180653, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.180653>. Acesso em: 01 mai. 2024.

MONTRONE, Aida Victoria G. *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. *Revista Gênero*, v. 21, n. 1, p. 6-23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46596>. Acesso em: 01 mai. 2024.

MORENO-GOMEZ, Elizabeth; GARCIA-DIAZ, John J.. Análisis crítico del discurso: narrativas sobre violencia de género en un estudiante universitario de una institución de educación superior del sur de Bogotá (Colombia). *Información tecnológica*, La Serena, v. 32, n. 3, p. 25-36, jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-07642021000300025>. Acesso em: 27 apr. 2024.

PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; ALPES, Matheus F.; COLARES, Maria de F. A. Interpersonal Violence/Bullying Situations at the University: Academic Daily Life Clippings among Students from Undergraduate Health Programs. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 43, n. 1, p. 537-546, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190060>. Acesso em: 28 apr. 2024.

PERAGÓN LÓPEZ, Clara Eugenia. La universidad como espacio para la prevención de la violencia de género. Una propuesta didáctica a través de la literatura española (siglos XIX-XXI). *Alabe Revista de Investigación sobre Lectura y Escritura*, v. 11. n. 22, p. 1–23, 2020. <https://doi.org/10.15645/Alabe2020.22.6>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RAMOS, Aurélio Vazqu  z; GONZÁLEZ, González López; SANDOVAL, Imelda Torres. La violencia de g  nero en las instituciones de educación superior: elementos para el estado de conocimiento. *Revista Latinoamericana de Estudios Educativos*, [S. l.], v. 51, n. 2, p. 299-326, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48102/rlee.2021.51.2.382>. Acesso em: 28 apr. 2024.

RATINAUD, Pierre. IRAMUTEQ: Interface de R pour l  s analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires [Computer Software]. 2008. Disponível em: www.iramuteq.org. Acesso em: 10 jan. 2024.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *Elas Vivem: liberdade de ser e viver*. Rio de Janeiro: CESeC, 2024. Disponível em: <https://assets-dossies-igp-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2024/08/Elas-vivem-Liberdade-de-ser-e-viver-Rede-de-Observatorios-de-Seguranca-2024.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

ROSO, Adriane. *et al.* Trotes na universidade e violências: uma revisão integrativa. *Psicologia Argumento*, [S. l.], v. 39, n. 103, p. 25-55, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.AO02>. Acesso em: 01 mai. 2024.

SOUZA, Viviam Mara Pereira de *et al.* Violência de g  nero no espaço universitário. *Cogitare Enfermagem*, [S. l.], v. 26, p. e67689, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v26i0.67689>. Acesso em: 27 apr. 2024.

TANIZAKA, Hugo *et al.* Contribui  es da epistemologia de g  nero para a compreensão do fen  meno da violência contra as mulheres universitárias. In: DAMIÃO, D. B; MOREIRA, R. C. Psicologia: um olhar na família. *Editora Científica Digital*, v. 1, p. 93-106, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37885/200500293>. Acesso em: 27 apr. 2024.

TASQUETO, Taís T. *et a.* Violência de g  nero em mulheres estudantes universitárias: evidências sobre a prevalência e sobre os fatores associados. *Acta Colombiana de Psicología*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 105-120, 2022. Disponível em: <https://www.doi.org/10.14718/ACP.2022.25.1.8>. Acesso em: 01 mai. 2024.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 1, p. 777–796, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312009000300013> Acesso em: 27 apr. 2024

USP MULHERES. Interações na USP: primeiros resultados da pesquisa.2018. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/pesquisa-interacoes-na-usp/>. Acesso em: 01 mai. 2024.

VÁSQUEZ, Lya Y. Fuentes. ‘Cuentos que no son cuentos’: acoso sexual, violencia naturalizada en las aulas universitarias. *Nómadass*, n. 51, p. 135-153, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30578/nomadas.n51a8>. Acesso em: 04 mai. 2024.

Recebido em maio de 2024.
Aprovado em março de 2025.

